

# O QUE PODE UMA ANTROPOLOGIA DA CIDADE?<sup>1</sup>

Fernando Pinho<sup>2</sup>

FRÚGOLI JR., Heitor et al. (orgs.). **Práticas, conflitos, espaços:** pesquisas em antropologia da cidade. São Paulo: Gramma, 2019.

No início de 1970, Gilberto Velho, ao apresentar sua pesquisa sobre o Edifício Estrela (em Copacabana, Rio de Janeiro) se indagou: “Até que ponto a Antropologia Social pode ser útil para a investigação do meio urbano, especificamente das grandes metrópoles?”. A partir desta questão, o antropólogo brasileiro demarcou uma inflexão no paradigma de que a antropologia era retida ao estudo dos “outros”, deixando o “nós”, até então, impossibilitado de figurar como objeto de estudo. A inserção do pesquisador em uma sociedade complexa, na qual ele mesmo habitou e que esta mesma, por sua vez, seria função de outras relações, demandou outras questões e procedimentos de análise. Seria impossível, portanto, “em nome de uma tradição antropológica” (VELHO, 1973, p. 86), tomar uma sociedade complexa como uma tribo indígena isolada. Tal (re)direcionamento implicou em um necessário distanciamento como gesto metodológico-interpretativo, bem como uma dose de flexibilidade metodológica, numa espécie de calibragem do cabedal da antropologia em seu nascimento, com importante acento na relativização dos “*a priori*”, escapando, pois, de uma análise reificante da vida. Essa flexibilidade, inclusive, como apontou Velho em seu livro *A utopia urbana*, conduziria para a necessidade de um trabalho interdisciplinar nos estudos urbanos.

Passadas décadas após o seminal livro de Velho, assim como seus inúmeros desdobramentos no campo da antropologia, chega a nós uma das mais recentes produções do Grupo de Estudos de Antropologia da Cidade (GEAC)<sup>3</sup>: a coletânea *Práticas, conflitos, espaços: pesquisas em antropologia da cidade*. Antes de qualquer observação, penso ser necessário destacar que, nesta resenha, meus comentários estão determinados por minha trajetória intelectual e profissional nas áreas do planejamento e da gestão urbana. Assim, parafraseando Gilberto Velho, saliento que

---

<sup>1</sup>Agradeço à leitura generosa e comentários feitos por Stéphanie Assaf, arquiteta e doutoranda do IPPUR/UFRJ. Os meus agradecimentos aos editores/as da revista CSOnline pela compreensão e solidariedade nesses tempos de COVID-19.

<sup>2</sup>Funcionário do Governo do Pará, com doutorado em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ) e estágio de pós-doutorado em Urbanismo (PUC Campinas). Participa do grupo de estudos Cidade: representação e imaginário (IPPUR/UFRJ) e do GILDA - Grupo Interdisciplinar em Linguagem, Diferença e Subjetivação (UFPR), [fernandopinossa@yahoo.com.br](mailto:fernandopinossa@yahoo.com.br).

<sup>3</sup> O GEAC é sediado na USP e liderado por Heitor Frúgoli Jr., um dos organizadores da coletânea.

O que pode uma antropologia da cidade?

a minha leitura foi guiada por uma reflexão sobre como e em que uma antropologia da cidade poderia interessar ao planejamento urbano e ao urbanismo.

Gostaria de chamar a atenção para o subtítulo da obra, que aponta não só para a nomeação de um plano temático, mas também e, principalmente, para um viés teórico-metodológico. Assim, uma antropologia da cidade é diferente de uma antropologia na cidade, ainda que possam estabelecer complementariedade. Essa diferença fica bem clara na introdução ao livro, em que Frúgoli Jr., recorrendo a José Guilherme Magnani<sup>4</sup>, afirma que a antropologia da cidade privilegia as “relações entre os agentes e o espaço urbano”, articulando paisagem, equipamentos urbanos e instituições. Longe de abordar a cidade como “um mero pano de fundo”, o que interessa mesmo para uma antropologia da cidade é a trama tecida por essas relações “em que se condensam diversas práticas, em diferentes escalas e formas, com modalidades distintas de trocas, encontros e sociabilidades” (FRÚGOLI JR., 2019, p. 10).

Em uma perspectiva ampla, a coletânea remete a um efeito de panorama do trabalho intelectual do GEAC, compreendendo (em sua grande maioria) pesquisas de mestrado e doutorado, entre 2005 e 2014, durante os quase 15 anos de existência do grupo. A etnografia é um elemento basilar desses estudos, “com atenção às práticas e aos conflitos, sem definir categorias apriorísticas, voltando-se, de fato e sob diversos ângulos, para o contexto produzido gradativamente pela própria observação” (Ibid., p. 14). Trata-se de se “produzir uma etnografia sensível à experiência urbana dos sujeitos” interlocutores da pesquisa, com o devido afastamento do “‘realismo sociológico’ produzido pela visão normativa dos especialistas da cidade”, em busca “de uma perspectiva mais aberta e sensível aos processos simbólicos construídos pelos cidadãos em seus movimentos e práticas cotidianas” (ADERALDO, 2019, p. 286–287). É assim, inclusive, que a pesquisa etnográfica produziria um “conhecimento urbano”, sendo esse o próprio das condições de possibilidade de uma antropologia da cidade.

Atravessando a sociologia, filosofia, história e da antropologia social, já assinalando a interdisciplinaridade das pesquisas do GEAC, observei o destaque para as contribuições de Georg Simmel, Erving Goffman, Michel de Certeau e Michel Agier, além

---

<sup>4</sup> Antropólogo, professor e coordenador do Laboratório do Núcleo de Antropologia Urbana da USP.

O que pode uma antropologia da cidade?

das de Heitor Frúgoli Jr. e de José Guilherme Magnani. Daí a centralidade de conceitos e noções como sociabilidade, cotidiano, prática, fazer cidade e situação.

É sobre esse terreno que se assenta o livro. Em pouco mais de 300 páginas se distribuem a introdução feita por Frúgoli Jr. e 12 capítulos, onde a quase totalidade das pesquisas se concentra nas duas grandes metrópoles brasileiras, com a primazia de São Paulo, e depois o Rio de Janeiro. Exceção é feita no artigo “Da aldeia à metrópole e de volta: circulação transnacional, relações e práticas de migrantes portugueses” (Cap. 9), de Wesley Rodrigues, que se baseia em uma etnografia sobre os modos de estar e se mover dos imigrantes entre Portugal e França.

Os dois capítulos iniciais da coletânea tratam, com diferentes abordagens, sobre a assistência social. Em “Urgências nas ruas: experiências de um serviço móvel para a população de rua em São Paulo”, Daniel De Lucca busca entender como são significadas a urgência e a emergência por parte de profissionais de assistência social em sua relação com a “população de rua”. Longe de uma acepção datada historicamente, estável, o autor chama atenção para o entendimento da urgência como uma prática e como categoria de intervenção pública. Já em “Direitos e responsabilidades: parcerias público-privadas na prestação de serviços de saúde em uma favela paulistana”, Jessica Sklair faz uma análise da trama estabelecida entre segregação e filantropia. Partindo de uma investigação feita em Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, a antropóloga realça os arranjos público-privados de assistência social, bem como as atribuições de significados a esse serviço.

No terceiro capítulo, “Do bairro à cidade: espaços morais e disputa urbana no Pinheirinho, São José dos Campos (SP)”, Inácio de Andrade mostra como são acionadas as concepções de bairro, trabalhador e ordenamento urbano em contraposição às de favela, bandidagem e desordem como um fundamento para as negociações mediadas pelas experiências de militantes pelo direito à moradia. Com base no cotidiano dos moradores, suas vivências e seus percursos pela cidade é que se constituíram os arranjos de disputa e negociação.

Esse movimento de significados sobre os lugares também pode ser observado no texto de Juliana Cunha, intitulado “‘Nossa casaca é dupla-face’: uma análise situacional da trama articulada em torno da atuação de políticas públicas no ‘Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo’”. Por meio de sua participação em

O que pode uma antropologia da cidade?

reuniões comunitárias, a pesquisadora faz uma análise de conflitos observados, dando a ver a dinâmica organizacional estabelecida entre moradores, em termos de alianças, rupturas e (re)arranjos. As políticas públicas citadas se referem à implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) e de medidas de regularização urbana e fundiária, que, ao fim e ao cabo, mudariam o status desse território: da favela para a categoria de bairro.

Do que foi apontado por Juliana Cunha, destaco dois pontos importantes. O primeiro ponto diz respeito à alegada ausência do Estado nas favelas. A pesquisa mostra que essa ausência não se verifica; ao contrário, “o Estado não esteve ausente das favelas ao longo do século XX e nesse início de XXI, mas sim atuando de uma forma específica nesses territórios, onde, dessa maneira, produziu e consolidou suas margens” (CUNHA, 2019, p. 99). O segundo ponto tem a ver com as concepções e usos do espaço, distintas segundo a posição que se toma. Por exemplo, a ideia de a favela ser um espaço isolado da cidade e de ser um problema a superar. Nada mais falso do que esse isolamento, considerando que a própria existência desse lugar se dá em relação a outros lugares. Outro exemplo: para o Estado, a favela é percebida como “um todo integrado, coeso e uniforme”, e assim se pressupôs que as duas favelas constituíam um “complexo”, o Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, não considerando suas espacialidades, diferenciações e formas de organização. Entretanto, para os moradores, duas favelas existiam, sendo vizinhas, porém distintas.

Em “Através da rua: outros pontos de vista sobre a Lapa carioca”, Natalia Fazzioni parte de uma etnografia baseada nas experiências de três interlocutores e suas relações com o bairro e entre si mesmos em um contexto de mudanças. Tais mudanças se referem, em grande parte, ao que se chamou, em termos de política urbana, de um programa de revitalização<sup>5</sup>, na qual o apelo à vocação cultural da cidade aparece como um importante ingrediente.

Não há espaço aqui para as críticas à própria nomeação e às características desse tipo de ação, importando fixar o que interessa: a compreensão do termo como uma **categoria nativa** (e não como um conceito vinculado a práticas governamentais), e como esse termo é acionado e manejado por seus interlocutores

---

<sup>5</sup> Longe de um único significado, o termo “revitalização (urbana)” é polissêmico. Para mais informações, sugiro a consulta de Maricato (2001), Leite (2010) e Arantes (2012), entre outros.

O que pode uma antropologia da cidade?

em suas relações e negociações com o poder público. Por exemplo, para reivindicar um alvará para realização de show de seu grupo musical, um dos interlocutores aponta para “o momento de revitalização da Rua da Lapa” como argumento para tal pedido<sup>6</sup>.

Natalia Fazzioni afirma que, durante sua pesquisa na Lapa, o poder público lhe pareceu ter uma pequena participação, cabendo maior destaque às ações realizadas por outros agentes, com exceção feita à presença da polícia, que mantinha uma relação dúbia com atividades informais e ilegais ali encontradas. Permitam-me discordar, em parte, dessa afirmação. Como podemos observar no trabalho de Juliana Cunha, sobre o Complexo Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, temos a afirmativa de que o Estado não estava ausente nas favelas, mas sim atuando de modo singular. Estendo essa mesma proposição para o caso da Lapa, com a diferença que o Estado atua em uma lógica dupla de se fazer visível e invisível, como uma forma de governar. Uma presença naquilo que parece ser ausência.

Mais à frente, também sob o horizonte da revitalização urbana, no texto “Memórias e futurismos no projeto Porto Maravilha, Rio de Janeiro” (Cap. 6), Mayã Martins tratou sobre os discursos sobre o Porto Maravilha, procurando compreender as referências simbólicas sobre a cidade ali presentes. Para tanto, a pesquisadora empreendeu uma etnografia *sui generis*, em busca da vivência da patrimonialização, articulando pesquisa jornalística e pesquisa de campo, em meio ao carnaval e demais eventos oficiais, e que a tornou, inclusive, uma artista penalta.

Assim como outros projetos alinhados à “revitalização urbana”, o Porto Maravilha teve como uma de suas principais justificativas a retórica de abandono e degradação e a necessidade de um retorno ao centro. A (re)valorização desse lugar passou por sua patrimonialização, cuja vivência promoveu “recortes sobre a cidade que selecionam elementos considerados significativos para a construção de sua singularidade” (MARTINS, 2019, p. 156) e remete a uma permanente luta simbólica. Em seu escopo, o Porto Maravilha operou tanto “as ideias de valorização do passado e da memória quanto com as de avanço tecnológico e de futurismo” (Ibid., p. 144), mobilizando uma memória do passado e uma memória do futuro (MARIANI 1998).

---

<sup>6</sup> O que apontaria para a circulação do discurso urbanístico em outros espaços discursivos. Sobre isso, conferir Pinho (2015).

O que pode uma antropologia da cidade?

No Capítulo 7, Julio Talhari se contrapõe às análises que afirmam que os equipamentos culturais se reduzem apenas a ser espaços de consumo. Em seu texto “Arte e espaço urbano: relações de sociabilidade entre os visitantes da Pinacoteca de São Paulo”, o autor demonstra que, para além dessa concepção negativa, o museu é um espaço constituído por relações sociais, estabelecidas entre e pelos visitantes, tanto no seu interior quanto no exterior dele. Assim, a relação com a cultura material (obras de arte e a arquitetura) faz parte dos processos de subjetivação.

Sobre os textos que se debruçaram em aspectos das iniciativas de renovação urbana, penso que merece ser feita uma consideração. Salvo engano, observei certa aderência à alegada necessidade de revitalização dos espaços, em especial dos centros das cidades, que é amparada na retórica da degradação. Cabe destacar que não há qualquer naturalidade em tal condição. Ela não é pré-discursiva e muitas vezes se reveste de contradição, posto que, para quem os habita, para quem exerce ali suas redes de sociabilidade, esses espaços não são enunciados como em abandono ou em crise.

Prosseguindo, em “Percurso etnográfico no shopping ‘gay’ de São Paulo: análise em retrospectiva”, retomando sua pesquisa de iniciação científica, Bruno Puccinelli problematiza um exercício etnográfico sobre/no shopping Frei Caneca e a atribuição de uma identidade “gay” a esse centro comercial. As aspas em “gay” sinalizam o distanciamento de uma noção essencialista da identidade, reconhecendo que essa atribuição se faz contingencialmente, não dando conta de outras formas classificatórias. Para além do termo guarda-chuva “gay”, as menções a “ursos”, “mariconas” e “barbies”, por parte dos entrevistados, apontam para outros modos “como essas enunciações sexualizam espaços e especializam sexualidades” (Ibid., p. 209). Nesse sentido, a etnografia privilegiou a descrição do espaço físico do centro comercial, os fluxos de visitantes e as práticas de sociabilidade e de encontros sexuais.

Em “Os skatistas e cidade: considerações sobre uma prática cidadina”, Giancarlo Machado mostra como o skate se apresenta como uma modalidade de uso do espaço que foge às determinações urbanísticas, embora sob alvo de regulação e disciplinarização. Entre os sentidos de marginalidade e de esporte, as experiências dos skatistas ressignificam os espaços, conferem novos usos e, em suas práticas, “fazem a cidade”. É desta maneira que os adeptos do skate manejam suas posições de cidadão e de cidadão, com direitos e deveres, fazendo um contraponto entre

O que pode uma antropologia da cidade?

elas. Ao transitar pela cidade, o olhar apurado do skatista, um “olhar skatista”, conforme o denomina o pesquisador, enxerga o espaço urbano segundo suas possibilidades de ser um lugar possível e passível de suas manobras, de seus rolês, enfim de ser um lugar “skatável”.

“Cidades futebolísticas: territorialidades e circulação de jovens futebolistas em São Paulo”, de Enrico Spaggiari, e “Imagens (e imaginários) de cinema insurgentes: práticas e representações de jovens realizadores (áudio) visuais nas “periferias” paulistanas”, de Guilherme Aderaldo, são os últimos capítulos desta coletânea. Há uma reflexão que os une: a crítica à noção de periferia como uma categoria universal, estável e generalizante. Ao contrário disso, esses pesquisadores mostram que o termo “periferia” deve ser encarado como uma categoria relacional, contrastiva e instável, e que é acionada conforme as situações colocadas e vividas pelos sujeitos. A noção de periferia deve, portanto, ser questionada, alargada e complexificada. Menos que definir o que seria “a periferia” dentro de modelos rígidos e pré-estabelecidos, a investigação antropológica precisa vislumbrar diferentes formas de sua disputa simbólica.

Semelhantes aos skatistas de Giancarlo Machado, os jovens futebolistas estudados por Enrico Spaggiari reinventam o cotidiano e ressignificam espaços através de seus percursos pela cidade. Assim como foi indicado para o “olhar skatista”, poderíamos dizer que, ao mapear os lugares e lhes conferir significados outros, instituindo um “saber futebolístico”, os jogadores de bola agem por meio de seu “olhar futebolístico”. Então, estes jovens fazem “cidades futebolísticas”, assim como os skatistas fazem “cidades skatáveis” com o seu “saber skatista”.

Por fim, o texto de Guilherme Aderaldo trata de sua pesquisa junto a uma rede de jovens comunicadores populares, vinculados a áreas marginalizadas. Tal investigação procurou entender como esses sujeitos se apropriavam da linguagem audiovisual como recurso de manifestação política e de crítica sobre as desigualdades sociais. Incomodava a esse coletivo o discurso sobre eles, produzido por ONGs e empresas em vista da tal responsabilidade social, o que, então, incentivou a formação dessa rede, como um contraponto estético-político.

E assim a coletânea GEAC se encerra. Para finalizar esta resenha, quero trazer de volta a questão com a qual iniciei sua escrita: Como e em quê a antropologia da cidade poderia interessar ao

O que pode uma antropologia da cidade?

planejamento urbano e ao urbanismo? Para o campo dos estudos urbanos, o que pode uma antropologia da cidade?

Há tempos atrás, li que a conjugação entre um bom livro e uma boa leitura tem o condão de transformar o leitor. Ocorreria, por conseguinte, uma espécie de deslocamento, em que o sujeito se escancara com a possibilidade de ser e de pensar de outra forma. Com inquietação e curiosidade é que li o *Práticas, conflitos, espaços*. Os meus próprios limites em relação àquilo que penso, pesquiso e escrevo pareciam se dilatar. Talvez, tamanha empolgação esteja presente em meu texto.

Parece-me claro que a orientação etnográfica pode (e muito!) ajudar às pesquisas no campo do planejamento urbano e regional. Arrisco-me a dizer que os pesquisadores não-antropólogos (e os pesquisadores antropólogos pela cegueira promovida por certa ortodoxia em nosso campo disciplinar) deslizam e caem repetidas vezes nesse perigo: o de enquadrar rigidamente a empiria para fazê-la corresponder a conclusões pré-estabelecidas, ao que já está formatado. Isso tende a obscurecer a possibilidade de abertura ao novo que a empiria pode (e deveria) trazer. O mar revoltado assusta marinheiros que buscam a segurança da terra firme.

Cada vez mais, e agora com o estímulo provocado por esta resenha, se fortalece a minha opinião de que o dito "saber técnico especializado" precisa reconhecer enfaticamente suas interrelações. O saber urbanístico (ORLANDI, 2004; BARBOSA FILHO, 2012) precisa multiplicar os seus horizontes, ser contagiado e impregnado por outros saberes. Sob essa orientação, estou de acordo com a ponderação feita por Frúgoli Jr. (Op. cit., p. 13) de que é necessário irmos "para além dos diagnósticos pessimistas da 'não cidade', dos 'não-lugares' ou do 'pós-urbano'", reconhecendo que as redes entretecidas no cotidiano urbano são, em última e fundamental instância, as "reveladoras de significados mais abrangentes sobre a cidade".

## Referências

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES et al. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 11-74.

BARBOSA FILHO, Fábio Ramos. **A escrita urbana nos (des)limites do (im)possível**. 2012. Dissertação (Mestrado em Linguística) – UNICAMP.

O que pode uma antropologia da cidade?

LEITE, Rogério Proença. A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 72, p. 73–88, fev. 2010.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

MARIANI, Bethania. **O PCB e a imprensa**: os comunistas no imaginário dos jornais (1922– 1989). Rio de Janeiro: Revan; Campinas: UNICAMP, 1998.

ORLANDI, Eni. **Cidade dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2004.

PINHO, Fernando. **A volta do bonde a Belém**: cidade, discurso e saudade. 2015. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – UFRJ.

V  
E  
L  
H  
O  
,

G  
i  
l  
b  
e  
r  
t  
o  
.

**A**

**u  
t  
o  
p  
i  
a**

**u  
r  
b  
a  
n  
a**  
:

u  
m

e  
s  
t  
u  
d  
o

d